

PREFEITURA DE ITAQUI – RS



GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO N° 0100-2020

Itaqui, 12 de março de 2020.

Senhor Vereador

**CÉSAR AUGUSTO KLEIN**

Presidente da Câmara de Vereadores

Câmara de Vereadores de Itaqui - Palácio Rincão da Cruz

Rua Dr. João Sisnando Dubal Goulart, nº 942 - Centro

97650-000 Itaqui-RS

**ASSUNTO: Encaminhamento de Projeto de Lei.**

Senhor Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar, para apreciação e decisão por parte dessa Casa Legislativa, o anexo **Projeto de Lei nº 007**, de 12-03-2020, que *"Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências"*.

Colocamo-nos à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito

Câmara de Vereadores de  
Secretaria



Recubi em: 13/03/2020

Horário: 10:25

Ass.: 

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 007, DE 12 DE MARÇO DE 2020**

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Município de Itaqui/RS, o Fundo Municipal de Cultura – FMC, de natureza contábil – financeira, sem personalidade jurídica e com prazo de vigência indeterminado, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, com a finalidade de prestar apoio financeiro a projetos que visem a fomentar e estimular a atividade artística e cultural do Município de Itaqui/RS.

**Parágrafo único.** O Fundo Municipal de Apoio à Cultura tem a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, sua estrutura de execução e controle contábil e financeira, inclusive para efeito de prestação de contas, na forma da lei.

**Art. 2º** O Fundo Municipal de Cultura é fundo especial de natureza contábil, que funcionará sob a forma de apoio não reembolsável.

**Art. 3º** Constituem receitas do Fundo Municipal de Cultura:

**I** – dotações consignadas anualmente no orçamento e as verbas adicionais estabelecidas no decorrer de cada exercício;

**II** – contribuições, transferências, subvenções, auxílios e doações dos setores públicos e privados;

**III** – os rendimentos oriundos da aplicação de seus próprios recursos;

**IV** – resultado de convênios, contratos e acordos celebrados com instituições públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, na área cultural;

**V** – devolução de recursos e multas decorrentes de Projetos Culturais beneficiados pelo Sistema de Cultura e por esta Lei, não iniciados ou interrompidos com ou sem justa causa;

**VI** – quaisquer outros recursos, créditos, rendas adicionais e extraordinárias, bem como outras contribuições financeiras legalmente incorporáveis;

**VII** – receita de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo, desde que autorizados pelo Poder Público Municipal;

**VIII** – percentual de receitas provenientes da comercialização de produtos culturais realizados com o apoio do Poder Público Municipal;

**IX** – saldo positivo apurado em balanço; e,

**X** – outros recursos que lhe forem destinados.

**§ 1º** Os recursos do Fundo serão depositados em estabelecimento oficial, em conta-corrente específica do Fundo Municipal de Cultura.

**§ 2º** Os saldos financeiros do FMC, verificados no final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 10.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os remanejamentos orçamentários que se fizerem necessários à fiel execução desta Lei.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 12 de março de 2020.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito



PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 007, DE 12 DE MARÇO DE 2020**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Egrégia Câmara de Vereadores, o presente Projeto de Lei, que "*Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências*", destinado a disponibilizar recursos para fomentar e difundir projetos culturais.

Cabe salientar que uma das maiores dificuldades de implementar políticas públicas na área da cultura está em estabelecer formas democráticas e transparentes de acesso, dentre as quais a possibilidade de garantir que todo cidadão ou instituição cultural possa captar recursos e ser parte integrante de uma política pública de cultura, contribuindo de forma direta no processo de criação dessa política elaborando projetos para serem analisados e fomentados com recursos públicos.

Nesse sentido a implantação do Fundo Municipal de Cultura traz importantes resultados de ordem política. Trata-se de um instrumento de sustentação da gestão cultural, contribuindo para que haja maior participação dos atores dessas atividades na implementação de uma política cultural, conjugada com o desenvolvimento do setor e as ações de governo na gestão da cultura.

A iniciativa de propormos a criação do Fundo Municipal de Cultura demonstra a importância com que o Poder Público Municipal trata a questão dos recursos e da democratização da gestão cultural em nossa cidade, materializada na proposta de instituição de um canal permanente de fomento e difusão de política cultura.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao alinhamento político desta iniciativa às diretrizes de implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC, que se pauta na montagem de uma sustentação tríplice, assim como o Sistema Municipal de Cultura, onde o Fundo Municipal de Cultura se traduz como um dos vértices.

A adoção dessa iniciativa não será ato único e solitário, outras medidas serão adotadas visando alcançar os objetivos definidos dessa política mais abrangente de democratização do poder público.

Estas as razões que justificam o presente projeto de lei.

**Gabinete do Prefeito, em 12 de março de 2020.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito

Porto Alegre, 31 de março de 2020.

## Orientação Técnica IGAM nº 18.252/2020.

I. O Poder Legislativo do Município de Itaquí solicita análise técnica do Projeto de Lei nº 07, de 2020, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Cultura.

II. A criação de um fundo municipal necessita, invariavelmente, observar as determinações impostas pela Lei nº 4.320, de 1964, em seus arts. 71 a 74<sup>1</sup>.

Salienta-se que um fundo especial se caracteriza pelas restrições determinadas através de lei específica sobre determinadas receitas, criando o vínculo. Para Teixeira Machado e Heraldo da Costa Reis<sup>2</sup>:

O fundo especial deve ser constituído de receitas específicas e especificadas, instruídas em lei, ou outra receita qualquer, própria ou transferida, observando-se quanto a estas normas de aplicação estabelecidas pela entidade beneficente.

Os referidos autores indicam como características necessárias para os fundos financeiros especiais prosperarem além das receitas específicas a: vinculação à realização de determinados objetivos ou serviços; normas peculiares de aplicação; vinculação a determinado órgão da Administração; descentralização interna do processo decisório e plano de aplicação, contabilidade e prestação de contas específica.

Com efeito, o Fundo deve ser instituído e utilizado para os fins que tecnicamente o justificam, sob pena de sua ilegalidade.

Alerta-se que a criação do Fundo Municipal deverá estar prevista no Plano Plurianual (PPA - 2018 a 2021), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2020) e Lei

<sup>1</sup> Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por leis, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundo especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle; prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

<sup>2</sup> MACHADO JR., J. Teixeira. REIS, Heraldo da Costa. *A Lei 4320 Comentada – E a Lei de Responsabilidade Fiscal*. Rio de Janeiro: IBAM, 2002 e 2003. P. 159-160.



Orçamentária Anual (LOA 2020), tendo em vista que todas as ações governamentais deverão estar planejadas e contempladas nestas peças orçamentárias.

Outro ponto a ser considerado no projeto de lei em questão é que o art. 10 deverá ser suprimido, por afrontar o art. 165, § 8º da Constituição (Princípio da Exclusividade Orçamentária). Ou seja, assunto orçamentário deverá se trata em lei específica.

III. Portanto, opina-se que viabilidade técnica do projeto de lei em questão, desde que suprimido o art. 10 e esteja previsto nas peças orçamentárias.

O IGAM permanece à disposição.

**Fabiano Tronco de Vargas**  
**Contador, CRC/SC 23.643**  
*Consultor Contábil do IGAM*